



INTERNATIONAL CENTRE FOR
TRADE AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



08 de dezembro de 2008

Vol. 3 No. 22

NOTÍCIAS MULTILATERAIS	1
Novos textos para agricultura e NAMA preparam o terreno para a mini-ministerial da OMC	1
Brasil x EUA: medidas antidumping ao suco de laranja	4
NOTÍCIAS REGIONAIS	5
União Européia reforma sua política agrícola	5
Relações comerciais entre China e América Latina são impulsionadas na Cúpula da APEC	6
BREVE MULTILATERAL	7
Bananas: OMC condena regras de importação da UE e Equador ameaça vetar Doha se a questão não for resolvida	7
BREVES REGIONAIS	8
Termina o prazo para pré-registro de substâncias químicas na União Européia	8
Conferência sobre biocombustíveis debate desenvolvimento de mercado global	9
Rússia aumenta presença na América Latina	9
EVENTOS	10
INFORMAÇÕES ÚTEIS	11

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Novos textos para agricultura e NAMA preparam o terreno para a mini-ministerial da OMC

Neste último sábado, 6 de dezembro, os presidentes dos grupos de negociação para agricultura, o Embaixador Crawford Falconer, da Nova Zelândia, e acesso a mercados de bens não-agrícolas (NAMA, sigla em inglês), o Embaixador Luzius Wasesch, da Suíça, apresentaram a quarta revisão de seus esboços de texto sobre modalidades para os respectivos temas. Esta é mais uma tentativa de estabelecer as bases para as iminentes negociações entre ministros da OMC.

Os dois novos documentos são revisões de esboços previamente publicados em julho de 2007, fevereiro, maio e julho de 2008. Os textos refletem as mais recentes posições dos Membros desde setembro de 2007 – um dos períodos mais intensos das negociações comerciais da Rodada Doha, iniciadas em 2001. Crawford Falconer e Luzius Wasescha também tentaram delinear em seus textos tudo aquilo que havia sido tentativamente acordado entre os Membros durante a fracassada mini-ministerial de julho passado em Genebra. Os documentos são, portanto, uma avaliação daquilo que ambos os presidentes acreditam que poderá ser acordado por todos os Membros da Organização em termos de cortes tarifários, redução de subsídios distorcivos ao comércio e demais questões relacionadas.

Uma vez que os Membros chegarem a um acordo sobre “modalidades” para agricultura e NAMA, as respectivas fórmulas, tarifas e subsídios agrícolas deverão ser aplicados. Além de definirem números para cada tema, os Membros deverão também definir o “nível de ambição” que desejam dar ao acordo (como a profundidade dos cortes para cada área das negociações, por exemplo).

Segundo Pascal Lamy, Diretor Geral da OMC, os novos textos deverão servir de veículo para auxiliar os Membros a solucionarem questões ainda pendentes

PONTES Quinzenal também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva “inscrição” e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

antes do final do ano, conforme foram instruídos por seus dirigentes durante a reunião do G20 financeiro, realizada em novembro passado (Ver Pontes Quinzenal vol. 3 n. 21, <http://ictsd.net/i/news/pontesquinzenal/34245/>).

Lamy acredita que um acordo de sucesso para as negociações de Doha representaria uma “dose de confiança” necessária à economia mundial, que convalesce da crise financeira. Lamy afirmou, na semana passada, que vale a pena tentar mais uma reunião ministerial.

AGRICULTURA

O Embaixador Crawford Falconer afirmou, ao publicar seu mais novo esboço de texto, que houve progresso nas negociações agrícolas desde julho passado. Falconer ressaltou, entretanto, que o progresso não foi geral: existem áreas onde ainda é preciso negociar mais. As negociações para apoio doméstico e acesso a mercado foram temas que avançaram desde julho, mas outros ainda permaneceram abertos à discussão, como produtos sensíveis e simplificação tarifária. O embaixador neozelandês afirmou, ainda, que os avanços da reunião ministerial de julho foram importantes para a elaboração desta última versão.

Falconer insistiu que o estabelecimento de condicionantes e um equilíbrio geral são itens essenciais para o sucesso das negociações, uma vez que ainda existem questões não resolvidas, dependendo do resultado das negociações nestas áreas. Temas considerados “relativamente estáveis” também poderão ser reavaliados. O equilíbrio das negociações poderá, portanto, ser afetado por elementos que ainda não foram acordados.

Segundo Falconer, diversos Membros estão prontos para saírem de suas “zonas de conforto”, mas não foram preparados para chegar a uma convergência real em temas como produtos sensíveis, criação de quotas tarifárias, produtos não-sensíveis que apresentam tarifas maiores que 100%, produtos tropicais, erosão de preferências e mecanismo de salvaguarda especial (SSM, sigla em inglês). O presidente das negociações agrícolas também afirmou que nos temas onde não houve progresso significativo, seu texto buscou fornecer algumas hipóteses de trabalho, que poderiam resultar em uma convergência caso haja vontade política por parte dos Membros.

Produtos sensíveis

No que se refere a produtos sensíveis, Falconer afirmou que o texto encontra-se mais claro que a versão de julho passado. Entretanto, apenas dois Membros desenvolvidos, entre os importadores, estão

preparados para aceitar a classificação de até 4% de suas linhas tarifárias agrícolas como “sensíveis”, apesar de “4%” ter sido quase um consenso em julho.

Produtos não-sensíveis

A batalha continua no que tange a produtos não-sensíveis com tarifas acima de 100%. Diversos “colchetes” – que representam os números ainda não acordados – permanecem no texto, que não difere muito daquele apresentado em julho.

Criação de quotas tarifárias

O texto de Falconer indica duas propostas para este tema, considerado altamente sensível e a disputa gira em torno da transparência.

Produtos tropicais e erosão de preferências

Não houve mudanças no texto em relação ao último esboço de 10 de julho. Houve progresso na questão das bananas, mas nada foi ainda formalmente definido.

SSM

Crawford Falconer afirmou que houve progresso em SSM, tema responsável pelo fracasso das negociações de julho (ver Pontes Diário de Genebra, 30 jul. 2008, <http://ictsd.net/i/wto/portugueseupdates/15629/>).

Segundo o embaixador neozelandês, esta é a primeira vez que o tema “vê a luz do dia”. Trata-se de uma questão extremamente frágil e todas as tentativas anteriores de acordo fracassaram. Não se pode afirmar, entretanto, que a proposta que figura no esboço de texto represente a solução final do problema, pois ainda não foi devidamente testada.

Algodão

O presidente das negociações agrícolas indicou que, nos últimos meses, houve progresso nas negociações relativas ao algodão. Após o fracasso de julho, a confiança e o diálogo haviam sido eliminados das negociações referentes a este tema e agora foram restabelecidos. Existe também uma visão comum dos números que deverão ser revisados para chegar-se a uma decisão final.

NAMA

No que se refere a NAMA, Luzius Wasescha identificou que o tema “erosão de preferências” permanece sendo um dos mais controversos das negociações. O embaixador suíço também ressaltou que é necessário dar atenção especial aos “setoriais” (parágrafos 9 a 12) – iniciativa por meio da qual os Membros participantes

deverão efetuar cortes tarifários mais profundos para os produtos selecionados pela iniciativa, em relação àqueles requeridos pelas fórmulas gerais de redução. Mesmo que haja algum consenso sobre o texto apresentado para setoriais, entretanto, Wasescha afirmou que os Membros estão longe de uma conclusão.

Neste sentido, países como Estados Unidos da América (EUA), Canadá e Japão, apoiados por suas respectivas indústrias nacionais, desejam certificar-se de que grandes países em desenvolvimento (PEDs), como Brasil, China e Índia, também façam parte de tal iniciativa – a qual reduziria dramaticamente tarifas industriais para os setores de autopeças, químicos e produtos florestais.

China e demais PEDs reivindicam que a participação em tais iniciativas não é mandatária. Os proponentes das iniciativas setoriais, entretanto, estão ávidos para assegurar a participação da China, pois se a iniciativa decolar sem a participação do gigante asiático, os exportadores chineses beneficiar-se-iam de tarifas baixas sem estarem igualmente expostos à competição internacional.

Fórmulas e flexibilidades

As reduções tarifárias para bens industriais seriam feitas por meio de uma fórmula “suíça”, que apresenta coeficientes distintos para Membros desenvolvidos e em desenvolvimento. Ao passo em que o coeficiente para Membros desenvolvidos é sempre o mesmo, aquele para Membros em desenvolvimento varia de acordo com o nível de flexibilidade escolhido por cada um. Quanto mais baixo o coeficiente, mais alta a flexibilidade, e vice versa. A fórmula suíça produz cortes mais profundos nas tarifas mais altas. Coeficientes altos, por sua vez, significarão menores reduções tarifárias.

O esboço de texto apresentado neste último sábado propõe os seguintes coeficientes: 8 para países desenvolvidos e 20, 22 e 25 para aqueles em desenvolvimento. Neste sentido, nem todos os PEDs que aplicarem a fórmula utilizarão o mesmo coeficiente. A escolha dos diferentes coeficientes dependerá das condições a seguir: (i) os Membros que escolherem o coeficiente 20 deverão realizar cortes menores ou nenhum corte em 14% de suas linhas tarifárias industriais mais sensíveis, com a condição de que essas linhas não excedam 16% do valor total de suas importações de bens industriais; (ii) os Membros que optarem pelo coeficiente 22 deverão fazer cortes menores, ou nenhum corte, em 10% de suas linhas tarifárias industriais mais sensíveis, com a condição de que essas linhas não excedam 10% do valor total de suas importações de bens industriais; e (iii) o

coeficiente mais alto, 25, deverá ser aplicado a todos os produtos, sem exceção.

Os coeficientes significarão, portanto, que a tarifa máxima consolidada de um país desenvolvido será de 8% e que as tarifas máximas para PEDs irão variar entre 3% e 8%, até mesmo para seus produtos mais sensíveis. As tarifas máximas dos PEDs que utilizarem a fórmula de redução estarão entre 11% e 12% (e até 15% para um número limitado de linhas tarifárias). A diferença entre tarifas consolidadas e aplicadas será, portanto, substancialmente reduzida.

Em geral, os 40 Membros que utilizam a fórmula suíça de redução tarifária representam, aproximadamente, 90% do comércio mundial de bens industriais. Dentre esses Membros encontram-se aqueles que recentemente aderiram à OMC (RAMs, sigla em inglês).

Cláusula de anti-concentração

O novo texto contém também uma “cláusula de anti-concentração”, que evita que setores inteiros sejam protegidos de cortes tarifários, ou seja, um mínimo de 20% de linhas tarifárias ou o equivalente a 9% do valor total de importações de cada capítulo do sistema harmonizado deverá ser submetido a reduções tarifárias completas.

Provisões específicas por país

O documento do embaixador suíço prevê flexibilidades adicionais para diversos grupos de países, como: (i) África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia, Suazilândia e membros da União Aduaneira Sul-Africana (SACU, sigla em inglês) – flexibilidades que ainda deverão ser negociadas; (ii) Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, de acordo com o cálculo referente ao valor de comércio afetado pelas flexibilidades e o valor total das importações brasileiras de NAMA; e (iii) Oman, que por conta de seu estatuto RAM não deverá reduzir nenhuma tarifa consolidada inferior a 5% após a aplicação das modalidades. Demais provisões específicas, como para Argentina e Venezuela, ainda encontram-se em processo de negociação.

Modalidades para outros PEDs

No que se refere aos 32 países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs, sigla em inglês), estes estão isentos de quaisquer reduções tarifárias. As 31 economias pequenas e vulneráveis (SVEs, sigla em inglês), por sua vez, terão provisões especiais. Como resultado destas exceções, as economias em desenvolvimento mais frágeis tenderão a apresentar, em média, tarifas mais altas e mais flexibilidades em

relação aos demais Membros. Contribuirão, entretanto, às negociações ao aumentarem significativamente seus números de tarifas consolidadas.

Próximos passos em direção à ministerial

Os presidentes das negociações agrícolas e de NAMA esperam que os governos dos Membros analisem seus esboços de texto e preparem-se para uma possível reunião ministerial nos próximos dias 13, 14 e 15 de dezembro, antes da reunião do Conselho Geral da OMC, em 19 de dezembro, e das férias de final de ano da Organização. Espera-se, portanto, um acordo de Doha nas próximas semanas...

Tradução, adaptação e complementação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 12, No. 41, 03 dez 2008.

Fontes consultadas:

OMC: www.wto.org

Brasil x EUA: medidas antidumping ao suco de laranja

No último dia 25 de novembro, o Brasil recorreu ao Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC, apresentando um pedido de consultas aos Estados Unidos da América (EUA) a respeito de medidas antidumping impostas por autoridades daquele país à importação de suco de laranja brasileiro. O pedido de consultas questiona o procedimento adotado pelo Departamento de Comércio dos EUA em suas investigações, vez que tais autoridades teriam recorrido à prática conhecida como *zeroing*, cuja ilegalidade perante a OMC já havia sido constatada em contenciosos anteriores.

O dumping é uma prática desleal de comércio realizada por empresas, que consiste na venda de produtos no exterior a preços inferiores aos praticados em seus mercados domésticos e que busca eliminar os concorrentes locais. O direito da OMC reconhece aos Membros da Organização a possibilidade de combater o dumping unilateralmente, por meio da imposição de direitos antidumping – uma sobretaxa aos produtos importados em tais condições desleais. Entretanto, para exercer tal direito, o dumping deverá ser comprovado por justa investigação a ser conduzida pelas autoridades nacionais. Regras substanciais e procedimentais foram criadas, de modo a impedir que os direitos antidumping sejam utilizados com fito protecionista.

No centro das contestações brasileiras encontra-se a alegação de que o procedimento investigativo adotado pelos EUA implica em protecionismo injustificado, vez que a metodologia empregada “inflaria” artificialmente as margens de dumping encontradas. Por meio do *zeroing*, o Departamento de Comércio exclui do cálculo da margem de dumping as exportações com valores superiores aos do produto no mercado doméstico (valor normal), impedindo, assim, que essas transações venham a compensar as exportações eventualmente realizadas com valor inferior ao normal. Tomando-se um produto com o valor normal de 100, pode-se imaginar que fosse importado ao preço de 130 em um momento e ao preço de 80 em um segundo momento. A metodologia do *zeroing* apenas levaria em consideração a segunda operação, e não a média dos valores, chegando, assim, a uma margem de dumping de 20%.

Embora a utilização da prática de *zeroing* pelas autoridades estadunidenses tenha sido condenada em diversas oportunidades perante a OMC, os EUA, até o momento, não alteraram seus procedimentos investigativos para adequarem-se. O Itamaraty afirma que, além de incompatível com as normas multilaterais de comércio, o *zeroing* causa grande incerteza e sérios prejuízos às empresas exportadoras afetadas. A decisão de iniciar mais este contencioso estaria justificada tanto pela defesa dos interesses comerciais dos exportadores brasileiros quanto pela necessidade de combater o impacto sistêmico da repetida inobservância dos EUA às regras da OMC.

Empresas afetadas e comércio bilateral

A revisão administrativa realizada pelas autoridades estadunidenses, publicada em 11 de agosto deste ano, concluiu pela existência de margens de dumping de até 4,81% da parte das empresas brasileiras investigadas. As empresas afetadas foram a Cutrale e a Fischer (Citrosuco), mas também há outras medidas envolvendo Cargill, Coinbra-Frutesp e Montecitrus.

As exportações de suco de laranja do Brasil aos EUA movimentaram US\$ 445 milhões em 2007, cerca de 20% do total de US\$ 2,25 bilhões totais exportados pelo Brasil naquele ano para todos os mercados compradores. O comércio bilateral foi sensivelmente retraído em 2008, com os embarques realizados em outubro deste ano sendo 31% menores do que no mesmo período do ano anterior.

Reportagem: Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Agência Brasil. *Brasil faz consulta à OMC sobre medidas antidumping adotadas pelos Estados*

Unidos (26/11/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=521472>. Acesso em: 07 dez. 08.

Gazeta Mercantil. *Brasil inicia trâmite contra EUA na OMC* (26/11/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=521336>. Acesso em: 07 dez. 08.

Ministério das Relações Exteriores. Nota à imprensa nº 673. (25/11/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=6087>. Acesso em: 07 dez. 08.

Valor Econômico. *Cutrale elogia governo em caso do suco contra os EUA* (27/11/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=521530>. Acesso em: 07 dez. 08.

Valor Econômico. *Suco leva Brasil à OMC contra Estados Unidos* (26/11/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=521280>. Acesso em: 07 dez. 08.

NOTÍCIAS REGIONAIS

União Européia reforma sua política agrícola

Os ministros europeus de agricultura concordaram, recentemente, em modificar seus subsídios agrícolas. O resultado desta ação será a eliminação paulatina de contingentes à produção de leite e o desvio de pagamentos diretos destinados a projetos de desenvolvimento rural.

A iniciativa, batizada de “check-up”, faz parte do processo de revisão da Política Agrícola Comum (PAC) da União Européia (UE). A PAC apóia os agricultores do bloco e é responsável por mais de 40% do orçamento total da UE.

Segundo comunicado de imprensa da UE, o controle tem por objetivo modernizar, simplificar e dinamizar a PAC, bem como adaptá-la para que possa responder melhor às necessidades do mercado e enfrentar novos desafios. A reforma também consolidará a posição do bloco frente às negociações comerciais da OMC.

As alterações da PAC foram divulgadas após uma longa sessão de negociação, que foi encerrada na

noite do dia 19 de novembro. A grande batalha deu-se entre França, Alemanha e Itália, que desejam maior proteção aos agricultores, e o Reino Unido, que insiste em cortes mais profundos aos subsídios. A reforma mais significativa do bloco nos últimos cinco anos não parece ter sido suficiente para permitir a liberalização do setor agrícola.

Os oficiais de comércio concordaram em aumentar os limites atuais para as quotas de leite em 1% por ano no período de 2009 a 2014, uma clara tentativa de suavizar os efeitos da expiração das mesmas, que vencem em 2015. A Itália, que teve dificuldade em permanecer dentro da quota no passado, pode retirar imediatamente suas restrições à produção.

O regime de quotas em questão entrou em vigor há 25 anos e foi resultado de um esforço para a manutenção dos preços e a contenção da superprodução no setor lácteo. Os governos europeus, entretanto, não acreditam que os tetos continuem a ser relevantes, pois servem somente para impedir que os agricultores respondam aos movimentos do mercado. A Comissão Européia para Agricultura da UE, Mariann Fischer Boel, não acredita que as quotas contribuam à competitividade.

Os ministros de agricultura também decidiram reorientar os pagamentos diretos de apoio ao desenvolvimento rural. Isso significa que os agricultores que recebem mais de 5.000 euros sofrerão uma redução de 10% em seus pagamentos – ao invés de 5% até 2012, conforme previa a PAC. Os fundos adicionais serão destinados a programas voltados a mudanças climáticas, energias renováveis, tratamento de água e biodiversidade.

Em uma tentativa de amenizar os efeitos distorcivos dos subsídios, os ministros europeus decidiram “desvincular” o apoio aos agricultores, ou seja, salvo algumas exceções, os pagamentos não estarão mais atrelados aos níveis de produção. Mesmo com tais mudanças, entretanto, alguns acreditam que o sistema europeu esteja demasiado inflado, discriminando os pequenos produtores europeus e gerando um aumento artificial dos preços dos alimentos, o que prejudica agricultores em países em desenvolvimento (PEDs).

Apesar da PAC representar uma porcentagem elevada do orçamento da UE, apenas 5% dos cidadãos europeus trabalham no setor agrícola e a agricultura contribui somente com 1,16% do PIB europeu. Ademais, de acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 70% do apoio é recebido por 25% dos maiores e mais ricos agricultores do bloco, ao passo que milhares de pequenos agricultores recebem poucos benefícios. Um

exemplo desta desproporção pode ser verificado no Reino Unido, onde a Rainha Elizabeth II e o Príncipe Charles receberam mais de um milhão de libras esterlinas em subsídios da PAC em 2003 e 2004.

Em que pese o caráter positivo da iniciativa, o grande problema de distribuição ficou fora das recentes mudanças. Friedrich-Wilhelm Graefe zu Baringdorf, membro do Partido Verde do Parlamento Europeu, referiu-se às reformas como uma vitória para o *lobby* da agroindústria, uma vez que este setor defendeu exitosamente o *status quo* dos subsídios debatidos.

Outras críticas referem-se ao fato dos subsídios europeus continuarem a prejudicar os produtores de PEDs, que não conseguem competir com os produtos europeus subsidiados. Em contrapartida, os proponentes da PAC afirmam que o programa é vital à preservação da agricultura europeia e ajuda os agricultores a enfrentar novos desafios. A França, por exemplo (que recebe por volta de 9 bilhões de euros por ano), afirmou que o aumento dos preços dos alimentos pede mais subsídios à agricultura.

As mudanças da PAC expirarão em 2013, quando a UE deve programar seu orçamento para os próximos anos.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, vol. 12, n. 40, 27 nov. 2008.

Relações comerciais entre China e América Latina são impulsionadas na Cúpula da APEC

A XVI Cúpula de Líderes da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, sigla em inglês), celebrada em Lima, em 22 e 23 de novembro, foi o cenário de conclusão das negociações entre os presidentes de China e Peru para um Tratado de Livre Comércio (TLC). A Colômbia assinou, também com a China, um Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos, enquanto a Costa Rica anunciou o início das negociações para um futuro TLC.

Acordo China-Peru pode entrar em vigor em 2009

As intensas negociações para um TLC com a China efetivamente terminaram, mas exigiram a realização de uma rodada adicional às cinco originalmente previstas. Essa última rodada prolongou-se até dias antes da visita do Presidente chinês, Hu Jintao, ao Peru. Segundo fontes peruanas, a complicação em alguns temas (particularmente acesso a mercados para produtos-chave peruanos) exigiu intervenções do Presidente Alan García.

O governo peruano acredita que o TLC deve entrar em vigor até meados de 2009, uma vez que ainda é necessário levar a cabo uma importante etapa de compilação, consolidação e revisão legal. Ademais, é preciso fazer a tradução do texto, pois o tratado será disponibilizado em espanhol, inglês e mandarim.

O Presidente García acredita que o intercâmbio comercial com o país asiático passará dos atuais US\$ 5 bilhões a US\$ 20 bilhões até 2015, com o que se espera que a China, atual segundo principal parceiro comercial do Peru, transforme-se no primeiro em importância, deslocando os Estados Unidos da América (EUA).

Críticas ao Tratado e à política de abertura do Peru

Os setores industriais devem sofrer com a entrada massiva de produtos chineses – contra os quais os peruanos não são capazes de concorrer. É preciso lembrar que diversos produtos são subsidiados pelo Estado chinês.

A Associação de Exportadores do Peru, que até pouco tempo atrás criticava os negociadores peruanos, suavizou sua posição. “Não posso duvidar da palavra da Ministra de Comércio Exterior, Mercedes Araoz, de que protegerá esses setores”, disse o Presidente da Associação, José Luis Silva, referindo-se à situação sensível dos subsetores metal-mecânico, confecções e calçados.

Mais do que a pressão para finalizar esse tratado em particular, outros desconfiam da política comercial, marcadamente de abertura, do atual governo do Peru e de seu total rechaço ao protecionismo comercial.

O Executivo peruano anunciou, com orgulho, que serão cinco os acordos comerciais a entrar em vigor em 2009: o Acordo de Promoção Comercial (APC) com os EUA, acordos com o Canadá e Cingapura, além do Acordo de Associação Econômica ampliado com o Chile e o tratado de colheita antecipada com a Tailândia. Soma-se a isso o forte impulso do governo peruano para continuar as negociações de um Acordo de Associação com a União Europeia (bilateralmente, fora do âmbito da Comunidade Andina), processo que deve ser concluído também no próximo ano.

Frente a esse ímpeto, analistas sul-americanos sustentam que não existe uma vinculação necessária entre o crescimento comercial e econômico e o desenvolvimento humano, uma vez que o pacote de medidas governamentais de incentivo ao comércio e fomento aos investimentos não vem acompanhado de medidas orientadas a elevar as condições de vida do povo peruano.

APC Peru-EUA em segundo plano

O TLC com a China monopolizou de tal forma a atenção da mídia peruana que quase não se falou do APC com os EUA. Apesar das expectativas, George Bush não anunciou a data de entrada em vigor do referido Acordo durante sua visita a Lima, por ocasião da APEC.

Antes mesmo da realização da Cúpula da APEC, funcionários estadunidenses consideravam pouco provável que o APC pudesse ser implementado antes da posse de Barack Obama, pois ainda é preciso que o Peru resolva uma série de assuntos trabalhistas, ambientais e relativos à propriedade intelectual para que estejam em conformidade com a “versão melhorada” do acordo.

Colômbia e Costa Rica também buscam seu TLC

Colômbia e Costa Rica também reforçaram suas relações com a China. A Colômbia assinou um Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos com o qual se compromete a oferecer à China o tratamento de nação mais favorecida, proibir as expropriações sem compensação e dirimir os conflitos investidor-Estado em arbitragens internacionais.

Na Costa Rica, o Ministério de Comércio Exterior deu início a um forte processo interno para preparar o caminho para a assinatura do TLC com a China. Em 20 de novembro, foi realizada uma rodada de consultas com diversos setores com o objetivo de captar suas perspectivas. O Ministro de Comércio Exterior, Marco Vinicio Ruíz, mostrou-se bastante otimista e assegurou um aumento de 16% nas exportações costarriquenhas, em comparação a um incremento de 10% nas importações da China.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. 5, No. 22, 2 dez. 2008.

BREVES MULTILATERAIS

Bananas: OMC condena regras de importação da UE e Equador ameaça vetar Doha se a questão não for resolvida

A instância mais alta da OMC proferiu, no último dia 26, uma decisão contrária à União Européia (UE) relativa à longa controvérsia com os países latino-americanos e os Estados Unidos da América (EUA) acerca do comércio de bananas. O Órgão de Apelação manteve a

recomendação de adequação ao sistema multilateral emitida pelo painel, que havia reconhecido o caráter discriminatório do regime de importação de bananas da UE.

A UE é composta por 27 Membros e possui quotas livres de tarifas para algumas ex-colônias européias do grupo de países da África, Caribe e América Latina (ACP). O bloco aplica uma tarifa de importação de 176 euros por tonelada para a América Latina e outros exportadores.

As atuais regras de importação da UE foram introduzidas por Bruxelas em 2006, no curso de uma série de decisões desfavoráveis da OMC contra seu antigo sistema de tarifas e quotas. O Equador argumenta que o novo sistema discrimina os exportadores não pertencentes ao grupo ACP, além de não atender ao compromisso feito pelo bloco de manter acesso total ao mercado para os países que não se beneficiam de acesso preferencial.

O Órgão de Apelação apreciou as reclamações do Equador, destacado exportador de bananas, e dos EUA, sede de três empresas multinacionais com plantações na América Latina – Chiquita, Del Monte e Dole. A representante de comércio dos EUA, Susan Schwab, declarou que é chegada a hora dos EUA tomarem uma atitude correta e implementarem um regime de tarifa única para bananas que satisfaça aos interesses de todas as partes envolvidas.

Logo após a recente decisão ser emitida, o Equador alertou que se oporia a qualquer acordo de agricultura proposto na Rodada de Doha caso a disputa não seja resolvida de forma satisfatória. Ministros de diversos países Membros devem encontrar-se em Genebra ainda neste mês para tentar elaborar um acordo quadro para o corte de tarifas e subsídios. Para fechar um acordo, é necessário que os 153 Membros entrem em consenso.

Juntamente com um grupo de países latino-americanos, Bruxelas propôs um acordo sobre o comércio de bananas em julho, durante a última tentativa de negociar um salto nas tratativas da OMC. No encontro, a UE comprometeu-se a cortar as tarifas sobre bananas para 114 euros por tonelada num período de sete anos. A UE, entretanto, insiste que o acordo específico para o produto deve estar contido nas negociações gerais de Doha.

A despeito disso, após aceitar a decisão de apelação, Bruxelas anunciou que procuraria por uma solução definitiva para a arrastada disputa, neste novo momento de intensificação das negociações de Doha.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 12, No. 41, 03 dez 2008.

BREVES REGIONAIS

Termina o prazo para pré-registro de substâncias químicas na União Européia

Foi encerrado, no último dia 1º, o prazo para as empresas que exportam ao mercado da União Européia (UE) realizarem o pré-registro de substâncias químicas contidas em seus produtos. A etapa, iniciada em junho, marcou o início da implementação do Registro, Avaliação e Autorização de Substâncias Químicas (REACH, sigla em inglês), o novo sistema europeu de controle e autorização de substâncias potencialmente nocivas à saúde e ao ambiente (Ver Pontes Quinzenal, Vol. 3, No. 15, disponível em: <http://ictsd.net/i/news/pontesquinzenal/26171/>).

Especialistas alertam para os impactos da medida no fluxo de comércio entre o Brasil e o bloco, especialmente no que diz respeito às atividades das pequenas e médias empresas. Néelson Pereira dos Reis, Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), declarou que algumas companhias de menor porte consideram deixar de exportar à UE, uma vez que os custos de adaptação ao sistema criado representam ônus excessivamente elevado frente à disponibilidade de recursos. Por conta disso, alguns produtores têm formado consórcios para repartir os gastos, como os fabricantes de etanol, silicone e alumínio.

Welber Barral, Secretário do Comércio Exterior, chamou atenção para o fato de muitas empresas não avaliarem as consequências de não efetuar o pré-registro. Segundo ele, parte significativa dos exportadores brasileiros ignora que a falha em cumprir com o requisito acarreta a perda da licença de exportação, o que impedirá a entrada de seus produtos no mercado europeu.

A Agência Européia de Químicos (ECHA, sigla em inglês), órgão criado para gerir o REACH, informou que as empresas cujas exportações tiverem início a partir de 1º de dezembro poderão beneficiar-se das disposições de pré-registro tardias. Contudo, tais benefícios não serão estendidos àquelas empresas que já exportam, mas perderam o prazo estipulado. Para estas, resta apenas apresentar o dossiê de registro completo.

Em pesquisa aplicada pela ABIQUIM a empresas integrantes do Guia da Indústria Química no Brasil, constatou-se que 14% delas não pretendiam pré-registrar seus produtos no cadastro europeu. O dado comprova a repercussão do novo esquema para a indústria de capital relativamente menor. O principal gasto inicial para a realização do pré-registro relaciona-se à contratação de um preposto europeu para intermediar o procedimento. Os custos para registrar cada substância podem alcançar a cifra de US\$ 2,8 bilhões.

Os produtores afetados reivindicam que o governo auxilie no custeio do registro por meio de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O governo já anunciou que abrirá uma agência em Helsinque, Finlândia – sede da ECHA – para oferecer suporte às empresas na adequação ao REACH.

A ECHA deve divulgar em janeiro a nova lista atualizada das substâncias pré-registradas. As empresas que perderam o prazo precisarão realizar o registro completo antes de voltar a exportar para a EU. Estima-se que o processo total leve até 12 anos.

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes consultadas:

Agência Européia de Químicos. Efetuar o pré-registro para beneficiar da prorrogação dos prazos. Disponível em: <http://echa.europa.eu/pre-registration_pt.asp>. Acesso em: 05 dez. 2008.

Associação Brasileira da Indústria Química. *Publicada lista de produtos pré-registrados*. (12/10/08). Disponível em: <<http://www.abiquim.org.br/conteudo.asp?princ=rea&pag=not>>. Acesso em: 05 nov. 2008.

Valor Econômico. *Apex abrirá escritório em Helsinque para ajudar empresas*. (25/11/2008). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=520980>. Acesso em: 25 nov. 2008.

Valor Econômico. *Nova barreira deve afetar exportação de químicos a EU*. (25/11/2008). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=520990>. Acesso em: 25 nov. 2008.

Conferência sobre biocombustíveis debate desenvolvimento de mercado global

Temas de comércio, padrões e exigências técnicas foram tratados em uma conferência sobre o desenvolvimento de biocombustíveis, realizada de 17 a 21 de novembro em São Paulo. O Brasil é um dos principais produtores da América Latina.

A conferência, intitulada “**Os biocombustíveis** como vetor do **desenvolvimento** sustentável”, priorizou o debate sobre desafios e oportunidades para a produção. Dentre os temas específicos debatidos, destacam-se: segurança energética, sustentabilidade e uso da produção de biocombustíveis, processamento agrícola e industrial, especificações e padrões técnicos, comércio internacional e a polêmica em torno da relação dessa fonte alternativa de energia com as mudanças climáticas.

Representantes de 92 países, bem como de organizações não-governamentais e do setor privado, participaram da conferência. Ainda que o evento não tenha resultado em uma declaração formal, as atas das sessões plenárias sugerem que os participantes concordaram quanto a diversos pontos. Ele acreditam, por exemplo, ser viável a adoção de um patamar de 10% de mistura obrigatória e que o uso dos biocombustíveis como fonte alternativa aos combustíveis fósseis é uma meta desejável. Quanto à produção, entretanto, nem todos os países possuem condições de produzir biocombustíveis de modo sustentável. Ademais, as especificidades locais tornam difícil a aplicação de modelos de produção bem-sucedidos em diversos países.

No que diz respeito ao controverso tema dos critérios de sustentabilidade, os participantes da conferência acreditam que estes devem ser determinados “científica e transparentemente”. Na avaliação deles, a atual crise alimentar, energética e financeira constitui uma oportunidade para a revisão de padrões de produção e consumo, assim como para impulsionar o desenvolvimento de fontes de energia renováveis e sustentáveis. Com relação aos países em desenvolvimento (PEDs), os participantes concordaram que estes podem beneficiar-se consideravelmente da modernização da agricultura, principalmente no setor de biocombustíveis. Também foram identificadas oportunidades significativas para a produção dessa fonte energética em terrenos áridos e degradados, notadamente na África.

Quanto ao comércio, os participantes identificaram uma série de medidas exigidas para a criação de um mercado global para os biocombustíveis, incluindo sua classificação como bem ambiental no âmbito da OMC e a redução de tarifas, subsídios agrícolas e outras

barreiras ao comércio. Um mercado global para os biocombustíveis poderia contribuir positivamente para o combate às mudanças climáticas e garantir a segurança energética, afirmaram os participantes.

De acordo com o representante do Secretário Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês), Lakshmi Puri, a estratégia brasileira de desenvolvimento de biocombustíveis é um modelo a ser seguido. Para ele, a iniciativa pode ser aplicada em outros países. O representante da UNCTAD lembrou que o uso dessa fonte energética constitui uma estratégia benéfica ao meio-ambiente, comércio e desenvolvimento, além de ser consoante com a segurança energética.

No encerramento da Conferência, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu aos países desenvolvidos (PDs) que apoiem a produção de biocombustíveis em países com terras férteis, mas sem capital para investimentos no setor – principalmente na África. Lula foi cauteloso, entretanto, e não deu uma dimensão exagerada à questão. “Os biocombustíveis estão longe de ser uma panacéia, a solução para todos os problemas sociais, ambientais e econômicos”, Lula advertiu. “No entanto, eles podem nos ajudar a reconciliar o desenvolvimento com o respeito ao meio-ambiente”.

O *site* oficial da Conferência Internacional sobre biocombustíveis encontra-se disponível em: <www.biofuels2008.com>

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Trade BioRes*, Vol. 8, N. 21, 28 nov. 2008.

Rússia aumenta presença na América Latina

Procurando estreitar laços comerciais e políticos, o Presidente russo Dmitry Medvedev visitou a América Latina na semana passada e declarou que pretende duplicar o comércio com o Brasil e aprofundar a cooperação com a Venezuela. Em almoço com empresários russos e brasileiros, ocorrido no último dia 25, Medvedev espera que nos próximos anos o fluxo alcance US\$ 10 bilhões anuais. O total do comércio entre os dois países chegou a US\$ 5 bilhões em 2007.

O presidente russo acrescentou que existem outros setores nos quais o país tem interesse, como tecnologia espacial, aviação, complexo militar-industrial e setor de energia. Após a visita ao Brasil, a agenda de Medvedev incluiu uma visita à Venezuela, onde as marinhas russa e venezuelana conduziram exercícios navais conjuntos numa demonstração de cooperação militar anterior à chegada do presidente. O Chefe de

Estado da Venezuela, Hugo Chávez, tem reiterado sua intenção de aumentar a aproximação entre os dois países nas áreas de defesa e energia, de forma a reduzir a influência – já em declínio – dos Estados Unidos da América (EUA) na região. Sobre as relações com a Rússia, Chávez destacou que os países possuem visões estratégicas semelhantes e que têm se aproximado rapidamente. Medvedev assinou uma série de acordos de cooperação política e econômica. Após a visita à Venezuela, o presidente viajou a Cuba onde reuniu-se com o Presidente Raul Castro, na primeira visita de um líder russo a Cuba desde 2000.

O comércio bilateral entre a América Latina e a Rússia totalizará cerca de US\$ 15 bilhões em 2008, valor ainda significativamente menor que o relativo ao comércio da região com os EUA (US\$ 560 bilhões), União Européia (US\$ 250 bilhões) e China (US\$ 100 bilhões).

Tradução e adaptação de artigo publicado originalmente em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 12, No. 40, 26 nov. 2008.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:
<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>

09 de dezembro
Reunião do Comitê de Comércio e Desenvolvimento

09 de dezembro
Reunião do Comitê sobre Compras Governamentais

09 de dezembro
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Comércio e Transferência de Tecnologia

09 de dezembro
Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

15 de dezembro
Reunião do Comitê de Negociações Comerciais

18 e 19 de dezembro
Reunião do Conselho Geral

UNCTAD

Informações:
<<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.asp?intltemID=2068>>

04 a 07 de dezembro
Workshop de alto nível para PMDRs não-africanos
Local: Ankara, Turquia.

10 e 11 de dezembro
42a Sessão do Grupo Conjunto UNCTAD/OMC
Local: Genebra, Suíça.

16 e 19 de dezembro
Simpósio UNCTAD-ASEAN sobre flexibilidades nas regras internacionais de propriedade intelectual e produção local de remédios
Local: Bangkok, Tailândia.

Fóruns Regionais

Mercosul

Informações:
<<http://www.mercosul.gov.br/calendario-1>>

15 a 15 de dezembro
XXXVI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum
Local: Salvador, Brasil.

16 a 16 de dezembro
Cúpula do Mercosul
Local: Salvador, Brasil.

CEPAL

Informações:
<<http://www.cepal.org/noticias/calendarioactividades/default.asp?mes=11&agno=2008>>

Local: Santiago, Chile

10 de dezembro
Reunião de especialistas sobre o tema de migrações.

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Brasil retoma venda de carne de frango à China

O Brasil conseguiu, na primeira semana de dezembro, restabelecer as exportações de frango e avançar nas negociações para venda de carne suína à China. De acordo com comunicado do Ministério da Agricultura (disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>), espera-se que os importadores chineses comprem carne de frango de 24 abatedouros brasileiros. Para o presidente da Associação Brasileira de Exportadores de Frango (ABEF), "Esta é uma excelente notícia para o setor exportador de carne de frango, principalmente diante da conjuntura internacional adversa (...) O mercado chinês, um dos maiores do mundo, é bastante promissor".

DireitoGV organiza seminário sobre contenciosos da OMC

A Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas promoverá, em 9 de dezembro, o seminário de lançamento do livro *Defesa Comercial: O Brasil e o Contencioso na OMC*. No evento, especialistas analisarão os principais contenciosos do Brasil no Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC. Os casos tratam dos seguintes temas: questões procedimentais; agricultura; meio-ambiente; regras; relação entre a OMC e outras instituições multilaterais; e implementação das decisões do OSC. A abertura do evento ocorrerá das 10h às 12h30, no auditório da Direito GV, localizado à Rua Rocha, 233 - Bela Vista. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas em: <http://www.direitogv.com.br/interna.aspx?PagId=IKJC_RJQI&ID=200&ABA=APRESENTACAO>.

Costa do Sauípe sediará Cúpula da América Latina e Caribe

A primeira Cúpula da América Latina, México e Caribe, sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) ocorrerá na Costa do Sauípe, Bahia, nos dias 16 e 17 de dezembro de 2008. A cúpula reunirá 33 chefes de Estado, que terão a oportunidade de discutir integração, com foco no desenvolvimento, aprofundar e potencializar interesses comuns, além de tornar eficazes as relações multilaterais dessas regiões. Para mais informações, ver <http://www.imprensa.planalto.gov.br/exec/inf_detalheh_ora.cfm?cod=40964>.

Berlim terá workshops sobre governança urbana

A décima edição do evento "Mesas-redondas sobre Transnacionalismo de Berlim" (*Berlin Roundtables on Transnationality*) ocorrerá entre 18 a 23 de março de 2009 e terá como tema "Governança urbana: inovação, insegurança e o poder da religião". Os interessados em participar devem enviar seus *papers* até 15 de dezembro de 2008. Os três melhores trabalhos receberão o prêmio Irmgard Coninx, oferecido, em conjunto, por: Fundação Irmgard Coninx, Centro de Pesquisa de Ciências Sociais de Berlim (WZB, sigla em alemão) e Universidade Humboldt de Berlim. Os autores dos 50 melhores trabalhos serão convidados para participar do workshop, no qual debaterão seus estudos em uma das mesas coordenadas pelos seguintes professores: Harald A. Mieg (Departamento de Geografia da Universidade Humboldt de Berlim); Gunnar Folke Schuppert (Departamento de Direito, WZB) e José Casanova (Departamento de Sociologia, Universidade de Georgetown). Os custos referentes à viagem e acomodação serão cobertos pela Fundação Irmgard Coninx. Para mais informações, entrar em contato via e-mail (<info@irmgard-coninx-stiftung.de>) ou acessar o site: <www.irmgard-coninx-stiftung.de>.

Vagas para trabalhar como coordenador de Relações Internacionais no Japão

O Programa Japonês de Intercâmbio e Ensino (JET Programme) abriu quatro vagas para o cargo de Coordenador de Relações Internacionais em diferentes localidades. O Programa envia jovens estrangeiros ao Japão para trabalhar nas representações dos governos locais, com o objetivo de promover o intercâmbio cultural e o enriquecimento do ensino das línguas estrangeiras. Trata-se de um programa realizado pelas repartições públicas japonesas com o apoio dos Ministérios de Assuntos Internos e Comunicações, dos Negócios Estrangeiros, da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia e do Conselho das Autoridades Locais para Relações Internacionais. O participante contratado será considerado um funcionário público especial e a sua remuneração, o posto de trabalho, as despesas com passagem aérea serão custeadas pelo contratante. O período do contrato é de um ano, prorrogável. Os interessados devem se inscrever até 12 de janeiro de 2009. Para mais informações, ver: <http://www.sp.br.emb-japan.go.jp/pt/cultura_jeta.htm>, ou enviar e-mail para: cjgjcultural4@arcstar.com.br.

Chamada para artigos em Ciência Política

A Revista Política da Universidade do Chile abriu chamada para artigos para integra o dossiê "Direito, Justiça e Política". Os trabalhos devem ser de um dos seguintes eixos temáticos: experiências de reforma

judicial, surgimento de novos direitos, transformações nas carreiras profissionais, ativismo jurídico e processos de transnacionalização da *expertise* jurídica. Serão privilegiados estudos de caso no processo de seleção. A data limite de entrega das propostas de trabalho é 1º de janeiro de 2009, e o dossiê será publicado em 30 de junho de 2009. Para mais informações, ver: <www.inap.uchile.cl/cienciapolitica/revista.html>.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em: <http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

